

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

Questões e processos incidentes

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

SUMÁRIO

Título VI - DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1. Localização
2. Terminologia
   2.1 Incidente processual
   2.2 Processo incidente e procedimento incidental
   2.3 Ponto, questão e questão incidente
   2.4 Questão prévia, preliminar e prejudicial
   2.5 Questão sucessiva e posterior
   2.6 Autuação em apartado
3. Catálogo legal e classificações
   3.1 As oito matérias do Título VI
   3.2 Classificação quanto à profundidade meritória
   3.3 Classificação quanto à finalidade do incidente
   3.4 Crise da instância
4. Questão prejudicial e questão preliminar
   4.1 Critérios de distinção
   4.2 O efeito de cada uma sobre a decisão

Capítulo I - Questões prejudiciais

Seção I - Noção, natureza jurídica e características

1. Conceito
2. Natureza jurídica
3. Características

Seção II - Classificações

1. Quanto à natureza: homogêneas e heterogêneas
2. O silêncio do Código quanto às homogêneas
3. Quanto à competência: devolutivas e não devolutivas
4. Quanto aos efeitos: obrigatórias e facultativas
5. Quanto ao grau de influência: totais e parciais

Seção III - Sistemas de solução

1. Cognição incidental
2. Prejudicialidade obrigatória

3. Prejudicialidade facultativa
4. Sistema eclético ou misto, adotado pelo Código
5. Princípio da suficiência da ação penal

Seção IV - Prejudicial devolutiva absoluta

1. Existência da infração
2. Controvérsia séria e fundada
3. Controvérsia sobre o estado civil das pessoas
4. Consequências: provas urgentes
5. Consequências: suspensão do processo e da prescrição
6. Consequências: intervenção do Ministério Público no cível

Seção V - Prejudicial devolutiva relativa

1. O alcance da expressão “questão diversa”
2. Ação cível em andamento
3. Questão de difícil solução
4. Ausência de limitação probatória na lei civil
5. Consequências e prazo de suspensão
6. Intervenção do Ministério Público

Seção VI - Regime comum, impugnações e temas conexos

1. Suspensão de ofício
2. Recursos
3. Eficácia da decisão cível no juízo criminal
4. Prejudicialidade e inquérito policial
5. Controle de constitucionalidade não é questão prejudicial

Capítulo II - Exceções

Seção I - Noções gerais

1. Conceito
2. Exceções ou objeções
3. Natureza jurídica
4. Classificação quanto aos efeitos
5. Classificação quanto à forma de processamento
6. Regime comum

Seção II - Exceção de suspeição

1. Suspeição, impedimento e incompatibilidade
2. Precedência da arguição
3. Reconhecimento de ofício
4. Momento da oposição e preclusão
5. Forma e legitimidade

6. Procedimento perante o juiz excepto
7. Julgamento pelo tribunal
8. Suspensão do processo principal
9. Suspeição nos tribunais
10. Recursos

Seção III - Suspeição dos demais sujeitos do processo

1. Ministério Público
2. Peritos, intérpretes e serventuários
3. Jurados
4. Autoridade policial

Seção IV - Exceção de incompetência

1. Objeto
2. Momento e preclusão
3. Legitimidade
4. Arguição antes do processo e arquivamento indireto
5. Reconhecimento de ofício e a Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça
6. Efeitos da procedência
7. Recursos

Seção V - Exceção de litispendência

1. Conceito e requisitos
2. Momento de configuração
3. Qual processo deve subsistir
4. Momento de arguição e hipóteses limítrofes
5. Recursos

Seção VI - Exceção de ilegitimidade de parte

1. Objeto
2. Natureza e efeitos
3. Momento e reconhecimento de ofício
4. Recursos

Seção VII - Exceção de coisa julgada

1. Conceito
2. Coisa julgada formal e material
3. Coisa soberanamente julgada
4. Limites objetivos
5. Limites subjetivos
6. Concurso formal, crime continuado, permanente e habitual
7. Duplicidade de sentenças condenatórias

8. Procedimento e recursos

Seção VIII - Quadro de recursos das exceções

Capítulo III - Incompatibilidades e impedimentos

1. Consequências do impedimento

2. Foro íntimo

3. O impedimento criado e depois extirpado

Capítulo IV - Conflito de jurisdição e conflito de atribuições

Seção I - Noções gerais

1. Conceito

2. Conflito de jurisdição ou conflito de competência

3. Momento de suscitação

Seção II - Legitimidade, forma e procedimento

1. Legitimidade

2. Forma

3. Procedimento

4. Impugnação do acórdão

Seção III - Competência para julgar o conflito

1. As duas regras básicas

2. Quadro de competências

3. Justiça Militar estadual

4. Juizados especiais e a trajetória das Súmulas 348 e 428

Seção IV - Avocatória

Seção V - Conflito de atribuições

1. Conceito e distinção

2. O critério da judicialização

3. Competência para dirimir o conflito de atribuições

4. A trajetória do conflito entre Ministérios Públicos diversos

5. Efeitos da decisão sobre o órgão jurisdicional

Capítulo V - Restituição de coisas apreendidas

Seção I - A apreensão como pressuposto

1. Conceito de restituição

2. O que pode ser apreendido

3. Finalidades da apreensão

4. O que não pode ser apreendido

Seção II - Vedações e restrições à restituição

1. Enquanto interessarem à persecução penal

2. Instrumentos do crime

3. Produto e proveito do crime
4. Dúvida quanto ao direito do reclamante
5. Comparecimento pessoal na legislação especial

Seção III - Pedido de restituição e incidente de restituição

1. A distinção
2. As duas hipóteses de incidente
3. Oitiva do Ministério Público
4. Instrução e dúvida intransponível
5. Coisas facilmente deterioráveis
6. Prazo de duração da apreensão

Seção IV - Destinação das coisas não restituídas

1. Alienação das coisas apreendidas
2. Destinação do valor apurado
3. Coisas não reclamadas
4. Confisco, museu criminal e obras de arte
5. Armas de fogo
6. Drogas

Seção V - Recursos

1. Contra a decisão da autoridade policial
2. Contra a decisão judicial

Capítulo VI - Medidas assecuratórias

Seção I - Noções gerais

1. Conceito e finalidades
2. Recuperação de ativos
3. Espécies e natureza cautelar
4. Jurisdicionalidade
5. Decretação de ofício e o Pacote Anticrime
6. Pressupostos
7. Contraditório prévio ou diferido
8. Bem de família

Seção II - Sequestro

1. Conceito e objeto
2. Bens ou valores equivalentes
3. Requisito: indícios veementes
4. Legitimidade, momento e pessoa jurídica
5. Procedimento, registro e administração
6. Defesa: embargos

7. Ônus da prova nos embargos do acusado
8. Levantamento
9. Destinação final
10. Recursos

Seção III - Utilização de bens constritos pelos órgãos públicos

1. Conceito e antecedentes
2. Requisitos e objeto
3. Prioridade, deveres e transferência definitiva

Seção IV - Especialização e registro da hipoteca legal

1. Natureza e fundamento
2. Distinções em relação ao sequestro
3. Momento
4. Pressupostos
5. Legitimidade e o art. 142
6. Procedimento
7. Defesa
8. Finalização

Seção V - Arresto prévio e arresto subsidiário

1. Arresto prévio
2. Arresto subsidiário de bens móveis

Seção VI - Alienação antecipada

1. Conceito e pressupostos
2. Momento
3. Legitimidade
4. Procedimento e destinação do produto

Seção VII - Medidas assecuratórias na legislação especial

1. Lei de Lavagem de Capitais
2. Lei de Drogas
3. Lei de Tráfico de Pessoas
4. Crimes contra a Fazenda Pública
5. Marco Legal do Combate ao Crime Organizado

Seção VIII - Confisco e a ação civil de confisco

1. O confisco como efeito da condenação
   1.1 O confisco alargado
2. A limitação do confisco penal
3. A ação civil de confisco

Capítulo VII - Incidente de falsidade

Seção I - Noções gerais

1. Documento: conceito e amplitude
2. Finalidade
3. Utilidade do incidente
4. Falsidade material e falsidade ideológica
5. Objeto: o documento que não constitui elemento do crime
6. Fase de instauração

Seção II - Legitimidade e forma

1. Legitimados
2. Poderes especiais
3. Instauração de ofício

Seção III - Procedimento

1. Autuação em apartado
2. Contraditório e instrução
3. Decisão e desentranhamento

Seção IV - Suspensão do processo principal

Seção V - Recurso

Seção VI - Coisa julgada e efeitos

1. Alcance da decisão
2. Decisões contraditórias e revisão criminal

Capítulo VIII - Incidente de insanidade mental

Seção I - Noções gerais

1. Finalidade
2. Dúvida razoável
3. Obrigatoriedade
4. Prova constituída em favor da defesa

Seção II - Instauração

1. Momento
2. Reserva de jurisdição
3. Legitimados
4. Impugnação da decisão

Seção III - Procedimento

1. Portaria, curador e autuação em apartado
2. Suspensão do processo e curso da prescrição
3. Perícia
4. Prazo e excesso
5. Vedação da prova emprestada

6. Situação do acusado durante o exame

7. Laudo, não vinculação e homologação

Seção IV - Conclusões do incidente e seus reflexos

1. Ausência de doença mental

2. Doença mental à época do fato

2.1 Causa excludente diversa da inimputabilidade

2.2 Inimputabilidade

2.3 Semi-imputabilidade

3. Doença mental superveniente

4. Conclusão do incidente durante o inquérito

5. Conclusão do incidente no procedimento do Tribunal do Júri

5.1 Antes da pronúncia

5.2 Depois da pronúncia e antes do julgamento

6. Insanidade superveniente à condenação

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.